

3. A “SEGUNDA ESCRAVIDÃO”

TRABALHO ESCRAVO E A TRANSFORMAÇÃO DA ECONOMIA MUNDIAL NO SÉCULO XIX

A abolição do tráfico de escravos e da escravidão no Hemisfério Ocidental está certamente entre as ocorrências mais significativas e dramáticas do século XIX. Por meios tão diversos quanto a legislação, a revolução e a guerra civil, a escravidão e o tráfico de escravos foram erradicados numa sequência de acontecimentos que principiam com a Revolução Haitiana em 1791 e se estenderam à emancipação dos escravos no Brasil em 1888. De fato, a força e a eficácia do pensamento e da ação antiescravistas contribuíram significativamente para a autoconsciência oitocentista como um período de crescimento da liberdade humana e do progresso moral e material (ver, por exemplo, Davis, 1984). Durante esse período, a escravidão veio a ser entendida como a antítese das formas emergentes de Estado, sensibilidade moral e atividade econômica: ela formava o padrão negativo contra o qual as novas formas de liberdade se definiam. Na elaboração da economia política, por exemplo, o forte contraste entre o escravo africano e o trabalhador livre da Europa e da América do Norte foi usado para explicar o que era característico nas relações de propriedade capitalistas, trabalho assalariado e produção industrial (Smith, 1976, pp. 90 e 413; Marx, 1976, pp. 1031-1034). A escravidão não era tratada como sendo simplesmente uma dentre várias outras formas de trabalho humano; pelo contrário, ela veio a ser concebida como a oposição polar do trabalho livre (assalariado). Era vista como a epítome da produção arcaica, inepta e ineficaz, e geralmente se presumia que ela era incompatível com o mundo moderno emergente, enquanto o trabalho livre (assalariado) era encarado como o ponto

O pressuposto de que a escravidão é incompatível com o mundo moderno persistiu ao longo do século XX. Nesse enquadramento, o debate dos estudiosos concentrou-se em saber se fatores materiais ou morais foram mais importantes para a sua extinção. Seja qual for a interpretação preferida, o certo é que a abolição da escravidão foi entendida geralmente em uma dessas duas maneiras. Uma visão, que enfatiza o papel da Grã-Bretanha como precursora de uma moderna ordem política, econômica e ideológica, assemelha-se a um tipo de teoria do efeito dominó. Quando a Grã-Bretanha aboliu o tráfico de escravos, o destino da escravidão africana nas Américas estava selado, e puseram-se em movimento forças que de maneira lenta e desigual, porém inevitável, desmantelaram essa instituição peculiar em todo o hemisfério. (Note-se que nessas explicações a Revolução de São Domingos e a fundação do Haiti constituem aparentemente aberrações que não podem ser assimiladas à narrativa e são ignoradas [ver Trouillot, 1995, pp. 70-107]). A outra visão põe em relevo as histórias nacionais das várias sociedades escravistas das Américas. Em sua perspectiva, as contradições "internas" da escravidão são realçadas, e num caso após o outro as relações escravistas dão lugar a uma forma mais elevada de racionalidade econômica. Ambas as interpretações pressupõem a singularidade da escravidão. A escravidão é vista como (ou se presume ser) essencialmente o mesmo fenômeno em toda parte, e os diferentes sistemas escravistas se distinguem uns dos outros apenas por seus contextos econômicos, culturais e políticos. Consequentemente, a abolição da escravidão, quer seja considerada na sua conexão internacional ou nas suas diversas arenas nacionais, é tomada como uma transição unilinear das formas arcaicas de economia para as formas modernas. É esse pressuposto da singularidade da escravidão que desejo examinar aqui.

Meu objetivo neste capítulo é chamar a atenção para o caráter variável da escravidão na economia mundial do século XIX. (Note-se que não me proponho evitar explicar as causas da emancipação dos escravos, que permanecem diversas e conjunturais.) Este capítulo mostra a formação e a reformulação das relações escravistas dentro dos processos históricos da economia capitalista mundial. Se a escravidão foi ao fim e ao cabo abolida em todos os quadrantes do hemisfério, o "século antiescravista" foi, não obstante, o apogeu do seu desenvolvimento. Sob a aparente uniformidade da emancipação dos escravos do século XIX, encontramos trajetórias e resultados complexos e diferenciados que se podem remontar à posição de sistemas escravistas particulares na economia mundial. No final do século XVIII, a indústria açucareira do Caribe, particular-

moribunda. O arroz, o índigo e o tabaco eram de importância secundária nas colônias escravistas da América do Norte. O Brasil estava no fim do seu "ciclo do ouro", e no Império espanhol, com exceção de Cuba, a escravidão era marginal. Todavia, no decurso do século XIX a escravidão expandiu-se numa escala maciça exatamente nessas áreas relativamente atrasadas para atender à crescente demanda mundial de algodão, café e açúcar. Ao mesmo tempo, os antigos centros de produção escravista declinaram. Esse segundo ciclo de escravidão iniciou-se com o advento da hegemonia britânica e declinou com o desafio que lhe foi lançado quando a preeminência econômica e política dos Estados Unidos aumentou no Hemisfério Ocidental e as depressões das décadas de 1870 e 1880 redundaram em crises nos mercados coloniais. O exame desses processos concomitantes de declínio e expansão enfatiza ao mesmo tempo as maneiras complexas pelas quais a escravidão está imbricada nos processos econômicos mundiais e a intrínseca e irredutível desigualdade do desenvolvimento capitalista.

A HEGEMONIA BRITÂNICA E A NOVA DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO

As mudanças sobrevindas na economia mundial durante a primeira metade do século XIX alteraram fundamentalmente os parâmetros e as condições de produção na periferia. Essas mudanças incluíram não apenas a redistribuição espacial e o aumento quantitativo na produção de produtos tropicais mas também a reestruturação qualitativa das relações sociais e dos processos organizadores do mercado mundial. Anteriormente, as relações entre centro e periferia fora constituída pelos impérios coloniais em competição uns com outros. Cada potência metropolitana mantinha uma esfera de produção exclusiva em suas colônias. A divisão do trabalho entre metrópole e colônia e a natureza e direção dos fluxos de mercadorias se definiam mediante monopólios, privilégios e restrições determinados na metrópole e impostos politicamente. Cada metrópole reservava para si o produto de suas colônias, monopolizava as remessas feitas por elas e as usavam como um mercado protegido para sua indústria. Graças a essas políticas mercantilistas, Estados-nações rivais expandiam pela força os seus mercados, estimulavam a produção e promoviam a acumulação de riqueza nacional. Esse sistema expressava não apenas os limites da produção e troca de mercadorias mas também a parca integração do mercado mundial durante esse

coloniais se viam relativamente livres de competir entre si, já que contavam com as condições políticas de seu monopólio do mercado metropolitano.

Todavia, essa forma de organização da economia mundial ruíu entre 1780 e 1815, e a emergência da hegemonia econômica e política britânica assinalou o princípio da transformação estrutural do mercado mundial. O mercado já não era constituído mediante a dominação política direta sobre as fontes da produção colonial. A chave para o poder sob as condições emergentes da economia mundial era antes o controle econômico sobre o fluxo de mercadorias. O nexo do controle colonial direto se desfez, e o sistema da preferência imperial desabou. De forma crescente, um mercado mais ou menos autorregulador, contando para tanto com as condições políticas mundiais mantidas e estabelecidas pelo Estado britânico, tornou-se o mediador entre produtores e consumidores, e a oferta, a demanda e o preço apareceram como os determinantes da divisão do trabalho e do fluxo de mercadorias no mercado mundial (McMichael, 1984, pp. 1-31).

Essa reestruturação do mercado mundial foi sustentada pelos processos de industrialização, urbanização e crescimento populacional. Enquanto a taxa do avanço econômico durante a primeira metade do século XIX foi lenta comparada à da segunda metade, o avanço da industrialização na Europa e na América do Norte mudou o padrão de demanda no mercado mundial no curso desse período. A indústria moderna requeria novas matérias-primas num escopo e escala sem precedentes, enquanto o crescimento da população e o desenvolvimento das classes média e trabalhadora predominantemente urbanas na Europa se associaram a novos padrões de consumo que aumentaram a dependência da Europa em relação aos produtores periféricos de gêneros alimentícios. Embora sua importância relativa haja declinado, em termos absolutos o açúcar continuou sendo um item-chave do comércio mundial. Ao lado dele, o algodão e o café assumiram nova importância comercial. A produção e o consumo desses artigos aumentaram numa escala maciça no decorrer do século, e sua importância cresceu. O capital europeu e norte-americano ampliou a área de fornecimento desses materiais e estabeleceu um sistema global de transporte baseado na estrada de ferro e no navio a vapor, enquanto a região periférica se especializava cada vez mais na sua produção. Criaram-se entre centro e periferia novos pólos de atração econômica que não coincidiam com as antigas fronteiras coloniais. O comércio mundial e o cultivo de gêneros agrícolas destinados ao mercado aumentaram drasticamente, embora de forma desigual, ao longo de todo o século, e os preços mundiais, e não os locais, passaram a dominar de maneira crescente o comércio dos produtos e matérias-primas agrícolas (Hobs-

O principal agente e beneficiário dessa transformação foi a Grã-Bretanha. Com o colapso da França e seu império colonial após 1815, não havia nenhuma potência capaz de rivalizar com a Grã-Bretanha na arena internacional, e iniciou-se um processo de reintegração do mercado mundial sob a hegemonia do capital britânico. A posição da Grã-Bretanha não se deveu simplesmente à superioridade tecnológica. A supremacia comercial, financeira e marítima britânica era sustentada por seu desenvolvimento industrial; e, por sua vez, sua vantagem produtiva sobre seus rivais aumentou, enquanto seu controle sobre o mercado se via fortalecido. O controle das finanças internacionais por Londres e a criação das novas instituições financeiras da City representaram novos níveis de integração da economia mundial e novos canais para a dominação econômica. A Grã-Bretanha emergiu como a pedra angular do comércio internacional. A produção e o consumo mundiais foram moldados progressivamente em torno das condições impostas pelos requisitos da acumulação de capital britânico e integrados aos seus ritmos e ciclos.

Embora a impulsão da atividade econômica britânica em direção à periferia tenha-se tornado mais pronunciada a partir de 1857, o desenvolvimento econômico britânico tornou-se cada vez mais dependente do comércio com a periferia, especialmente a América Latina e a Índia, para matérias-primas industriais, gêneros alimentícios e também, em menor grau, como uma saída para bens manufaturados e para o investimento dos excedentes acumulados durante a primeira metade do século. O montante de algodão cru usado pela indústria britânica aumentou quase cinco vezes entre 1800 e 1830, e em 1831 suplantou o açúcar como a principal importação do país. Por outro lado, o crescimento das fábricas de algodão na Grã-Bretanha dependia não do consumo doméstico, mas dos mercados da periferia. Particularmente importante nesse aspecto era a América Latina. O Brasil constituiu o maior mercado singular para as exportações do algodão britânico durante a primeira metade do século (Hobsbawm, 1968, pp. 58, 135, 138 e 146-148; Woodruff, 1971, pp. 662-663).

À medida que passou a controlar o comércio fora dos limites de seu próprio império, a Grã-Bretanha tornou-se menos comprometida com o colonialismo formal como meio de definir a natureza e a direção dos fluxos de mercadoria e a divisão do trabalho entre o centro e a periferia. Em vez disso, a superioridade comercial e industrial britânica capacitou-a a penetrar o mercado das demais potências colonizadoras e a estabelecer o comércio com a periferia na base da complementaridade – bens manufaturados britânicos (e outros serviços como capital, navios, bancos e seguros) por matérias-primas e produtos

único comprador que podia absorver a crescente produção periférica. Na outra face da moeda, era o único país que podia fornecer o crédito, o maquinário e os bens manufaturados requeridos para sustentar a sua expansão. O avanço da indústria britânica acentuou o diferencial relativo entre os preços industriais e agrícolas na economia mundial e impeliu a Grã-Bretanha a desenvolver novas fontes baratas de fornecimento na periferia a fim de restabelecer o equilíbrio de seu comércio. O resultado foi uma crescente demanda europeia de produtos alimentícios tropicais e subtropicais, entre eles o açúcar, o algodão e o café, e uma crescente especialização internacional na produção de alimentos e matérias-primas. A drástica queda do preço dessas mercadorias beneficiou mais a Grã-Bretanha que qualquer outro país (Hobsbawm, 1968, pp. 135 e 138-148).

O estabelecimento dessa divisão de trabalho entre centro e periferia foi organizado pela City de Londres, cuja posição como centro do comércio mundial tanto era instrumento como expressão da hegemonia britânica. A extensão da produção de mercadorias à periferia e a expansão não só do comércio britânico com a periferia mas também de seus rivais baseou-se no poder financeiro dos bancos de Londres. Como observou McMichael, o empréstimo de capital britânico ampliou o escopo do mercado mundial para todos os Estados. Desenvolveu-se um sistema de comércio multilateral que dependia tanto das balanças em libras esterlinas e do crédito dos bancos de Londres quanto da capacidade da City de estabelecer indiretamente balanças comerciais entre os Estados. As letras de câmbio sacadas sobre os bancos de Londres substituíram a transferência de metais preciosos na organização das trocas internacionais, e as balanças em libras esterlinas eram usadas para ajustar o estatuto das moedas nacionais no mercado mundial. A centralização do sistema bancário permitiu à Grã-Bretanha manter e ampliar o comércio mundial e levar sua supremacia financeira a suplantá-la sua supremacia comercial e industrial (McMichael, 1984, pp. 12, 21-23 e 26-27). A criação dessas relações de trocas globais centradas na Grã-Bretanha estabeleceu uma divisão mundial do trabalho dependente de e responsivo a um mercado mundial integrado. Nessa nova configuração, alteraram-se as condições do trabalho escravo na economia mundial.

A TRANSFORMAÇÃO DA ESCRAVIDÃO AMERICANA

O efeito desses desenvolvimentos não consistiu em destruir as formas arcaí-

balho como um mercado livre universal. Em vez disso, as relações sociais anteriormente existentes foram refundidas na nova constelação das forças políticas e econômicas. A interdependência anterior do colonialismo e da escravidão se rompeu e as condições de existência, função e significação de cada uma delas foram modificadas. O advento da hegemonia britânica e a Revolução Industrial na Grã-Bretanha reestruturaram a divisão mundial do trabalho e estimularam a expansão material da economia mundial. Esses desenvolvimentos não apenas criaram as condições para a extinção da escravidão dentro do Império britânico mas também encorajaram a expansão e a intensificação da escravidão fora dele. Essa "segunda escravidão" se desenvolveu não como uma premissa histórica do capital produtivo, mas pressupondo sua existência como condição para sua reprodução. O significado e o caráter sistêmicos da escravidão foram transformados. Os centros emergentes de produção escrava viam-se agora cada vez mais integrados na produção industrial e impelidos pela "sede ilimitada de riqueza" do capital.

As Índias Ocidentais britânicas foram os beneficiários iniciais do advento da hegemonia britânica e do colapso da indústria açucareira colonial francesa. Entre 1791 e 1815, a produção de açúcar no Caribe britânico cresceu mais rapidamente do que em qualquer outra época da sua história (ver Capítulo 4). As velhas colônias aumentaram sua produção, e acrescentaram-se novos territórios produtores de açúcar ao império. Todavia, o impacto da transformação do mercado açucareiro foi sentido diferentemente entre as diversas colônias britânicas. As pequenas ilhas das Lesser Antilhas britânicas, exploradas de forma intensiva desde os séculos XVII e XVIII, expandiram-se celeremente durante esses anos. Entretanto, no final dos anos 1820 elas chegaram aos limites físicos e técnicos de expansão entrando num período de declínio. Na Jamaica, por outro lado, havia espaço para a expansão territorial e novos investimentos. Essa expansão, contudo, estava nos vales interiores da ilha, e um transporte por terra dispendioso elevou o preço do produto jamaicano. A produção escrava nas Índias Ocidentais britânicas fora montada para a organização pré-industrial da economia mundial e dependia agora de monopólios obsoletos. A produtividade do trabalho escravo não podia ser aumentada, e não se dispunha de novos fornecimentos de escravos e terra. Apesar dos ganhos auferidos durante esse período, a expansão e a intensificação da produção açucareira levaram as colônias mais antigas ao seu limite e elas se viram ultrapassadas por produtores mais novos num mercado em expansão.

A alternativa foi iniciar a produção escrava em novas áreas. A Grã-Bretanha

na Guerra dos Sete Anos – Granada e Granadinas, São Vicente, Trinidad e Tobago –, assim como nos territórios de Berbice, Demerara e Essequibo, recém-adquiridos à Holanda. No entanto, se essas novas áreas de produção escrava eram mantidas dentro do antigo nexos colonial de monopólio e restrição, a produção excedente nas colônias mais antigas e menos produtivas seria subsidiada dentro de relações sociais anômalas. Mas, se uma força de trabalho pudesse ser garantida por outros meios nas novas áreas de produção, elas prosperariam e o mecanismo comercial de acumulação e reprodução expandida da economia mundial seria liberado.

Com o comércio mundial centralizado em suas mãos, já não havia necessidade, para a Grã-Bretanha, de assegurar o seu próprio fornecimento de mão-de-obra para bens tropicais e semitropicais. Sua preocupação concentrava-se cada vez mais nas mercadorias baratas, independentemente da forma de trabalho que as produzia. O escravo como mão-de-obra produtiva ganhou precedência sobre o escravo como mercadoria. Essas mudanças estruturais na economia mundial contribuíram para a eficácia do movimento antiescravista na Grã-Bretanha. Todavia, o movimento contra o tráfico de escravos não era simplesmente uma função de fatores econômicos, mas acrescentou outra dimensão aos processos que levariam à abolição da escravidão e impôs diferentes caminhos de desenvolvimento à Grã-Bretanha e às colônias não-britânicas. A abolição do tráfico de escravos não só interrompeu a oferta de trabalho às colônias escravistas britânicas mas também, como indicou Paula Beiguelman, destruiu o mercado de bens mais intimamente ligados à forma escrava (Beiguelman, 1978, pp. 71-80). Os esforços britânicos para suprimir internacionalmente o tráfico de escravos formaram um contraponto à expansão da escravidão em Cuba, nos Estados Unidos e no Brasil durante o século XIX. A escravidão nessas áreas desenvolveu-se tanto em face da restrição e, em última análise, da eliminação do tráfico de escravos quanto contra o maduro, difundido e bem-sucedido movimento abolicionista.

A interação das forças do mercado e do movimento antiescravista levou a Grã-Bretanha a uma política de livre comércio e minou a posição competitiva de suas colônias das Índias Ocidentais. Na altura de 1815, a expansão britânica no Caribe chegara ao fim. Com exceção da Jamaica e da Guiana, a produção açucareira do Caribe britânico alcançara o seu ponto de saturação. Os senhores de escravos das Índias Ocidentais britânicas viram-se às voltas com os custos crescentes e com a incapacidade de expandir a produção. A abolição do tráfico de escravos interrompeu o fornecimento de mão-de-obra, enquanto a emanci-

decadentes como nas colônias ainda com vitalidade. O alto preço do açúcar das Índias Ocidentais britânicas e as tarifas protecionistas que ele requeria restringiram o consumo doméstico britânico e enfraqueceram seriamente a posição da Grã-Bretanha no mercado de reexportação. À medida que o açúcar americano mais barato invadia os mercados europeus, as reexportações do açúcar das Índias Ocidentais britânicas tinham de ser compensadas pelo governo mediante subsídios e concessões para exportação, a fim de torná-las competitivas com o açúcar de outros países que, não raro, eram clientes substanciais das manufaturas britânicas. As colônias açucareiras das Índias Ocidentais britânicas viram-se na impossibilidade de competir numa economia mundial em expansão. Sua posição foi minada não pela indústria britânica, mas pela produção mais eficiente nas novas zonas escravistas americanas e em outros lugares da periferia.

Os mesmos processos que contribuíram para a abolição da escravidão no Império britânico redundaram na intensificação da produção escrava em outras partes do hemisfério. A demanda de algodão, café e açúcar atingiu proporções sem precedentes durante o século XIX, e a produção dessas safras revitalizou a escravidão em Cuba, nos Estados Unidos e no Brasil como parte dessa emergente divisão capitalista internacional do trabalho. Isso se refletiu na escala e na natureza da própria produção escrava. Vastas extensões de terra foram abertas, e milhões de escravos postos a trabalhar na produção dessas safras. A nova tecnologia industrial – em especial a estrada de ferro, o navio e os engenhos a vapor – transformaram o processo do trabalho nas novas fronteiras escravas. Por trás dessa expansão estava o poder do capital e do Estado britânico para organizar o mercado mundial e a divisão internacional do trabalho. Na primeira metade do século XIX, Londres forneceu o que Jenks descreveu apropriadamente como uma "ponte de crédito" aos Estados Unidos, ao Brasil e às colônias espanholas com o fim de estimular a produção e o comércio (Jenks, 1971, p. 67; McMichael, 1984, pp. 22-23). Por si mesmas ou em conjunção com bancos e casas mercantis estrangeiras, especialmente norte-americanas, as instituições financeiras de Londres forneceram capital mediante crédito e investimento direto para o desenvolvimento de plantações e estradas de ferro e os bancos que as sustentavam. O desenvolvimento dessas novas zonas de *plantation* baixou os custos e aumentou a escala de produção, além de propiciar saídas para o capital excedente britânico de uma forma ou de outra. O crédito britânico também expandiu o comércio mundial e aumentou a demanda de novas safras fora da Grã-Bretanha. Por exemplo, comerciantes e banqueiros de Nova York, Boston e Filadélfia podiam usar o excedente comercial proveniente das exportações de algodão para especular nos bancos de Londres

bém quantidades significativas de café brasileiro e açúcar das Índias Ocidentais. Embora essas atividades tenham ajudado a construir as finanças, o comércio e a indústria americanos, esse comércio multilateral ampliou o poder financeiro britânico, aumentou o volume de mercadorias em circulação, desenvolveu fontes baratas de abastecimento e assegurou mercados para as manufaturas britânicas em toda a economia mundial. Foi nesse complexo de produção e troca mundiais que emergiu a "segunda escravidão".

A produção açucareira cubana cresceu rapidamente em escala após a ocupação britânica de Havana (1762), que resultou em maiores importações de escravos. No entanto, ela foi impulsionada a partir da década de 1790, ajudada pela destruição da produção para exportação em Saint Domingue e pelo declínio da indústria açucareira das Índias Ocidentais britânicas. Na altura de 1830, Cuba emergiu como o maior produtor do mundo, com uma produção de 104 971 toneladas métricas. A demanda mundial continuava a crescer numa taxa acelerada, e a produção cubana mais que lhe acompanhava o ritmo. Em 1848, as 260 463 toneladas métricas produzidas responderam por quase um quarto do abastecimento mundial (Moreno Fraginals, 1978, I, pp. 46-47, 67-71, 95-102 e 167-255; II, pp. 93-97 e 106-174; III, pp. 35-36; Scott, 1985, p. 10; Guerra y Sánchez, 1964, pp. 40-45 e 52-53; Knight, 1970, pp. 14-18 e 40-41).

Essa expansão da produção cubana foi acompanhada por e dependia de um forte aumento na força de trabalho escrava. Em Cuba, as importações de escravos aumentaram drasticamente e a composição demográfica da ilha foi transformada, apesar das tentativas britânicas de pôr fim ao tráfico de escravos. Hubert Aimes estima que quatrocentos mil escravos foram importados em Cuba entre 1762 e 1838. A população escrava de Cuba passou de 85 900 em 1792 a 199 100 em 1817, e neste último ano importaram-se mais de 32 mil escravos. Na altura de 1827, a população de escravos cubanos chegou a 286 900 e em 1841 alcançou 436 500, correspondendo a mais de 43% da população total. O tráfico de escravos continuou a abastecer Cuba com mão-de-obra nova até meados dos anos 1860, e a população escrava em 1862 era de 368 550 (Curtin, 1969, p. 34; Knight, 1970, pp. 10-11, 22-23 e 41; Scott, 1985, p. 87).

O desenvolvimento da indústria açucareira centrou-se na parte ocidental da ilha. A cultura do açúcar expandiu-se para o sul e o oeste de Havana, substituindo os produtores de café e tabaco e alcançando outras terras. *Plantations* novas e cada vez maiores estabeleciam-se num ritmo frenético, enquanto as antigas aumentavam sua capacidade. O número de engenhos quase quadruplicou

produção total. Mas a energia a vapor não tardou a aparecer, e os métodos da manufatura do açúcar em Cuba foram transformados pela aplicação de técnicas industriais modernas. Segundo Knight, em 1827 apenas 2,5% dos mil engenhos de Cuba eram movidos a vapor. As estradas de ferro abriam novas terras e, em contraste com a situação na Jamaica, permitiam uma exploração lucrativa do interior pela indústria açucareira. Em 1837, treze anos depois que o primeiro trem a vapor começou a operar na Inglaterra, a primeira estrada de ferro na América Latina, ou no Caribe, foi concluída entre Havana e Güines. Essa linha, criada para atender à indústria açucareira, tinha apenas 80 km de comprimento, mas foi bem-sucedida e logo as estradas de ferro estavam em operação em todas as áreas açucareiras da ilha. Os custos do transporte foram reduzidos drasticamente e maximizou-se o uso da terra (Guerra y Sánchez, 1964, p. 66; Knight, 1970, pp. 32-33, 35-36 e 38; Scott, 1985, pp. 21-24).

Os cubanos gozavam da vantagem tecnológica dos retardatários. Embora fossem poucos em número, o aparecimento dos engenhos mecanizados representou uma transformação qualitativa nas condições da produção açucareira. O engenho cubano desenvolveu-se numa escala gigantesca, e a tecnologia da produção de açúcar alcançou ali o nível mais avançado conhecido sob a escravidão. As moendas a vapor e a caldeira a vácuo aumentaram a capacidade das plantações mais adiantadas e produziram mais açúcar de alta qualidade. Nas grandes propriedades introduziram-se pequenas linhas férreas, muitas vezes usando equipamento de tração animal, para transportar a cana dos campos para os engenhos, para o transporte no interior das fábricas e para os cais. Esses desdobramentos puseram fim à proporção fixa entre terra, mão-de-obra e capacidade de moagem que tanto limitara o desenvolvimento do velho engenho. Com a introdução do maquinário a vapor, já não era necessário limitar a extensão do canavial. O uso do transporte por via férrea dentro das propriedades possibilitou ampliar a área de cultivo, o que por sua vez proveu a maior quantidade de cana requerida pelas técnicas de refinação modernas. A escala de produção aumentou, de modo que os engenhos podiam aumentar de tamanho. Os requisitos em capital para fundar um engenho aumentaram enormemente. Com a introdução das vias férreas nas propriedades, houve uma competição implacável por terra e mão-de-obra. Os pequenos produtores viram-se prensados e emergiu uma economia de monocultura que foi dominada pelos grandes plantadores, capazes de pagar os custos maiores dos novos engenhos mecanizados. Estavam lançados os fundamentos para a posição cubana de principal produtor açucareiro do mundo (Knight, 1970, pp. 18-19 e 30-40; Guerra y Sánchez, 1964, pp. 54 e 66; Moreno Fraginals, 1978, I, pp. 167-

De modo similar, a crescente demanda industrial de algodão, a nova matéria-prima por excelência, reviveu a escravidão nos Estados Unidos. Entre 1780 e meados do século XIX, o consumo anual de algodão pelas fábricas britânicas aumentou de duas mil para 250 mil toneladas. Essa demanda foi atendida mediante o desenvolvimento de uma zona de abastecimento no Sul dos Estados Unidos. O algodão tinha desempenhado um papel relativamente pouco importante na agricultura norte-americana colonial, e os fornecimentos de algodão à Grã-Bretanha foram de pouca significação comercial antes da década de 1790. Em 1793, o primeiro ano do descaroçador de algodão de Eli Whitney, 487 mil libras foram enviadas à Inglaterra. As exportações de algodão chegaram a 62 186 milhões de libras em 1811, às vésperas da guerra com a Inglaterra. Do final da guerra de 1812 até 1859, a quantidade de algodão produzida nos Estados Unidos aumentou mais de trinta vezes, passando de menos de 150 mil a 4,541 milhões de fardos. O algodão tornou-se o principal produto de exportação americano. Em 1860 ele respondia por mais da metade das exportações totais do país (400 milhões de dólares) e alcançara uma posição sem precedente na economia americana (Cohn, 1956, p. 88; Gray, 1958, II, p. 691; Scherer, 1969, pp. 125-126 e 142-146; Furtado, 1968, pp. 112-113; Crawford, 1924, pp. 126, 129-131 e 137-139).

A crescente demanda de algodão abriu um vasto território de terra virgem para a agricultura comercial e o uso lucrativo de escravos. A invenção da descaroçadeira de algodão por Whitney permitiu o cultivo do algodão de fibra curta em escala comercial nas áreas sujeitas a geadas. Até a Guerra Civil a cultura do algodão expandiu-se rapidamente para as terras férteis do Alabama, Mississippi, Louisiana, Arkansas, Texas e Flórida. Para atender à crescente demanda mundial, terras menos férteis no Piedmont foram abandonadas em favor do clima ideal e das boas condições do solo do baixo Sul. Essa migração foi menos uma fuga da exaustão do solo do que, como observa Wright, "um processo racional de expansão e realocação geográficas". As terras indígenas foram ocupadas e o sistema de *plantation* reviveu em vastas áreas da nova terra à medida que o reino do algodão deslocava o seu centro do Alto Sul para as terras novas e férteis dos Estados do Golfo. O navio a vapor trouxe métodos de transporte modernos para os rios navegáveis e as águas costeiras, e de 1845 a 1860 o Sul construiu mais milhas de estrada de ferro do que a Nova Inglaterra e os Estados do Médio Atlântico juntos. Essa rede de transporte extensivo por água e ferrovia abriu novas terras para a cultura do algodão, ligou o Sul a outros merca-

estendia-se por mais de mil milhas desde a Carolina do Sul até a região próxima a San Antonio e dominava a produção mundial (Cohn, 1956, pp. 90, 95 e 108-109; Wright, 1978, pp. 13, 15-17 e 325; Gray, 1958, II, p. 691; Scherer, 1969, pp. 202-204 e 336-339).

A mão-de-obra escrava fornecia mão-de-obra barata suficiente para sustentar essa expansão. Escravidão e algodão caminhavam de mãos dadas através do mapa do Sul. A população escrava do Sul aumentou de cerca de um milhão no começo do século para quatro milhões às vésperas da Guerra Civil. Gray estima que as importações de escravos para os Estados Unidos entre 1800 e 1860 totalizaram cerca de 320 mil cativos, dos quais aproximadamente 270 mil foram contrabandeados após a abolição do tráfico transatlântico para o país em 1808. A maioria do fornecimento de mão-de-obra se fazia assim pelo notável aumento natural dos escravos norte-americanos, único entre as populações escravas do Novo Mundo, e pela transferência regional dos cativos do Norte e do Alto Sul para o Cinturão Algodoeiro. No entanto, a disponibilidade de mão-de-obra escrava restringiu a expansão da indústria algodoeira. A demanda de mão-de-obra escrava elevou o preço de um bom escravo de duzentos dólares em 1790 para dois mil dólares em 1860. A *plantation* algodoeira não requereu a forte capitalização exigida pela propriedade açucareira, mas os altos preços dos escravos favoreceram as unidades produtivas maiores. Os grandes senhores dos Estados do Golfo podiam absorver esses altos preços. Não apenas dispunham de propriedades maiores e mais produtivas, situadas em terras mais férteis e com acesso mais fácil ao crédito em condições melhores, como ainda empregavam grandes turmas de escravos e podiam reproduzir mais facilmente a força de trabalho destes sem recorrer ao mercado. Desse modo eram capazes de aumentar sua vantagem às expensas dos pequenos senhores. A indústria algodoeira absorveu quase todo o aumento verificado na população escrava, e a vasta maioria dos escravos concentrava-se no Cinturão Algodoeiro às vésperas da Guerra Civil (Cohn, 1956, pp. 90-91 e 116-117; Scherer, 1969, pp. 149-150 e 199; Gray, 1958, II, p. 691; Furtado, 1968, pp. 124 e 127-128n).

O café também se transformou num artigo de consumo em massa durante o século XIX, e o Brasil emergiu como o novo centro da produção mundial. O progresso da cultura cafeeira no Brasil foi lento até este começar a ser exportado em decorrência da restrição da oferta e dos altos preços causados pela Revolução Haitiana. Mas na década de 1821-1831 o café já era a terceira principal exportação do Brasil, depois do açúcar e do algodão, e respondia por 18% das

e em 1881 o café representava mais de 60% das exportações do país por valor (Prado, 1981, pp. 157-159; Furtado, 1963, pp. 121-124).

O desenvolvimento das fazendas do café no Brasil baseou-se na utilização intensiva da mão-de-obra escrava. O equipamento usado era mais simples do que o empregado na fabricação do açúcar e, mais frequentemente, de manufatura local. Os custos eram baixos e, se havia terra suficiente, a disponibilidade de mão-de-obra era o único obstáculo ao seu crescimento. Curtin estima as importações de escravos para o Brasil durante o século XIX em 1,145 milhão. Todavia, a elevada taxa de mortalidade dos escravos reduziu o impacto dos novos africanos sobre a economia. Além disso, a economia cafeeira contou, em primeiro lugar, com o reservatório de mão-de-obra escrava subutilizada das antigas regiões de mineração e, depois, com as transferências de mão-de-obra da indústria açucareira no Nordeste. Em 1823, as províncias do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo tinham uma população escrava de cerca de 386 mil, enquanto a Bahia, Pernambuco e o Maranhão, regiões açucareiras e algodoeiras do Nordeste e do Norte, contavam aproximadamente 484 mil. Nos cinquenta anos seguintes o desenvolvimento da indústria cafeeira reverteu essa situação. Bahia, Pernambuco e Maranhão tinham cerca de 346 mil escravos, enquanto as províncias cafeeiras do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo totalizavam mais de oitocentos mil (Curtin, 1969, pp. 234-237; Furtado, 1963, pp. 124 e 127-128n).

A expansão inicial da cultura cafeeira no Brasil concentrou-se no Vale do Paraíba, que continuou sendo o seu centro até o terceiro quartel do século XIX. Próxima ao Rio de Janeiro, essa área contava com um fornecimento de mão-de-obra relativamente abundante em função do declínio da economia mineradora adjacente, enquanto abundantes comboios de muares propiciavam um fácil transporte ao porto vizinho. Todavia, à medida que o surto prosseguia, a estrada de ferro ajudou a expandir a cultura cafeeira mais para o interior. A Estrada de Ferro Central do Brasil (Dom Pedro II), construída pelo governo brasileiro, embora com a ajuda de empréstimos britânicos e dirigida por um empreiteiro inglês, abriu os confins extremos do Vale do Paraíba, partes de Minas e finalmente o Oeste Paulista à cultura cafeeira. O efeito dessa via sobre a economia do Vale do Paraíba não foi muito duradouro porque o vale quase já havia atingido seu pico de produtividade à época em que a ferrovia foi construída. No entanto, serviu para prolongar sua prosperidade ao reduzir o custo do transporte. Além disso contribuiu para a intensificação da produção de café na região (Furtado, 1963, pp. 123-124; Prado Júnior, 1981, pp. 161-162; Graham, 1968, pp. 52-54).

(geograficamente o leste e o nordeste da província de São Paulo, mas em termos da expansão cafeeira, a oeste do Vale do Paraíba) goza de vantagens naturais e de grande facilidade de transporte e comunicação em comparação com o Vale do Paraíba. O terreno irregular e variado do Vale do Paraíba e a dispersão das encostas com exposição adequada ao sol e proteção contra o vento disseminaram as fazendas cafeeiras em pequenos núcleos separados uns dos outros. O crédito e a mão-de-obra eram também relativamente pequenos, e as plantações não excediam, quando muito, algumas dezenas de milhares de pés. Na nova região de São Paulo, o terreno contínuo era coberto de um "mar de café" uniforme e ininterrupto que dominava a paisagem até onde a vista alcançava. Grandes propriedades começaram a formar-se com maior frequência nessas novas zonas do Oeste Paulista. Doravante, as fazendas perfaziam centenas de milhares de pés, e no final do século começaram a aparecer fazendas com mais de um milhão de pés. A escala de produção, a dominação dos recursos pelas grandes propriedades e o montante do investimento requerido tornaram essas novas terras menos acessíveis aos pequenos e médios produtores. Em contraste com as técnicas rudimentares que caracterizaram as primeiras produções cafeeiras no Vale do Paraíba, o Oeste Paulista produzia numa escala maior e com maior sofisticação técnica. Essas grandes plantações utilizavam equipamentos modernos e elaborados para processar o café e mesmo fazendeiros menores enviavam seu produto às pequenas cidades para que fosse processado mecanicamente. Essas grandes plantações podiam estender a área cultivada e empregavam particularmente estradas de ferros próprias no lugar dos carros de bois para levar o café ao centro da fazenda para processamento. A estrada de ferro possibilitou a exploração do Oeste paulista, e dependia, por sua vez, do café. Uma nova rede de linhas férreas centradas no eixo São Paulo-Santos reduziu os custos de frete e uniu os produtores graças à crescente demanda mundial de café. Além disso, a estrada de ferro abriu as vastas terras cafeeiras a oeste de Campinas, assegurando assim a prosperidade da região na entrada do século XX (Graham, 1968, pp. 45-46, 66-67 e 71-72; Prado Júnior, 1981, pp. 164-166).

CONCLUSÃO

Este capítulo sustenta que o trabalho escravo e sua abolição não podem ser vistos como um processo evolucionário linear, mas sim como relações con-

discernir-se duas relações qualitativamente distintas entre escravidão e processos de desenvolvimento escravista – cada qual com diferentes papéis e significados – na economia mundial do século XIX. A primeira era constituída por um conjunto específico de processos sócio-históricos e desempenhou um papel particular na formação da economia mundial entre os séculos XVI e XIX. Essas relações foram ou destruídas ou radicalmente reconstituídas pela transformação da economia mundial no século XIX. A segunda foi criada pelos processos históricos e pelo conjunto das relações sociais específicas da própria economia mundial do mesmo século. A segunda escravidão consolidou uma nova divisão do trabalho e forneceu um volume considerável de matérias-primas e gêneros alimentícios aos poderes industriais centrais. Longe de ser uma instituição moribunda durante o século XIX, a escravidão demonstrou toda a sua adaptabilidade e vitalidade.

Dois processos de emancipação estão implícitos nesses dois processos de desenvolvimento da escravidão. Uma explicação completa da história da destruição da escravidão durante o século XIX teria de levar em conta a diversidade dos fatores políticos, sociais e ideológicos, dos quais as ações dos próprios escravizados não foram menos significativas. Não obstante, a transformação da economia mundial tornou as condições da existência do trabalho escravo mais vulneráveis e voláteis do que antes. A competição dos preços num mercado em expansão e o crescimento do trabalho assalariado tornaram mais importante a produtividade do trabalho. As novas zonas de produção escrava já não mais monopolizavam a produção de mercadorias específicas, mas tiveram de competir com outras formas de organização do trabalho em outros lugares da economia mundial à medida que o espectro de formas de controle do trabalho se expandia e se criava a hierarquia global do trabalho. Os produtores escravistas tinham de competir entre si e com outros produtores periféricos, e sua posição nas relações de produção internacionais foi determinada pelo preço das matérias-primas. Ao mesmo tempo, os diferenciais de preço foram nivelados pela produção industrial e pelo mercado mundial integrado, com o estabelecimento de preços globais. As relações entre centro e periferia foram determinadas pela oposição preços industriais *versus* preços de bens primários e custo alto *versus* mão-de-obra barata. Além disso, o significado sistêmico da escravidão transformou-se com a emergência da relação capital-trabalho assalariado no decurso do século XIX. Os produtos da mão-de-obra escrava entraram diretamente no consumo da classe trabalhadora assalariada europeia, numa escala

zira o custo de reprodução da mão-de-obra assalariada. À medida que a relação capital-trabalho assalariado ia se tornando largamente estabelecida, foi emergindo um imperativo sistêmico, no sentido de aumentar a mais-valia mediante a redução do valor da mão-de-obra, o que, por sua vez, requeria produtores escravizados para fornecer bens cada vez mais baratos para o consumo da classe trabalhadora.

Ao mesmo tempo que a hegemonia britânica criava um mercado mundial integrado, as condições para a produção e a reprodução das relações sociais de capital foram se tornando "nacionais": as condições impostas pela divisão internacional do trabalho ocasionaram uma variedade de respostas políticas por parte das classes senhoriais de Cuba, da América do Sul e do Brasil. Ao contrário de seus predecessores coloniais, elas desenvolveram variados graus e modos de autoconsciência nacional por intermédio dos quais tentaram consolidar sua posição na economia mundial. As condições impostas pela divisão internacional do trabalho acarretaram uma variedade de respostas políticas de sua parte, incluindo às vezes o anticolonialismo, a antiescravidão e até mesmo tentativas de estabelecer um Estado nacional independente. Ademais, os proprietários de escravos tinham de ser empresários preocupados com a produtividade do trabalho. Enquanto a Guerra Civil e a emancipação truncaram a "evolução natural" da escravidão nos Estados Unidos, a busca de maior produtividade e a subsequente redução da mão-de-obra à supressão do tráfico de escravos levaram os fazendeiros e senhores de engenho cubanos e brasileiros a experimentar em novas formas de organização do trabalho e novas fontes de mão-de-obra. Nessas áreas a escravidão era complementada por outras formas de controle do trabalho – trabalho por contrato, trabalho assalariado e trabalho camponês. O desenvolvimento dessas formas de controle do trabalho é visto convencionalmente como evidência da dissolução da escravidão, mas os escravos continuaram sendo o fulcro estratégico do processo de trabalho, e outras formas lhe foram complementares. Essas formas mistas de trabalho de *plantation* são um testemunho da elasticidade e adaptabilidade do trabalho escravo. Tais experiências foram características da segunda escravidão e ajudaram os fazendeiros e senhores de engenho de Cuba e do Brasil a negociar a transição para a produção pós-escravista com mais sucesso do que seus predecessores.